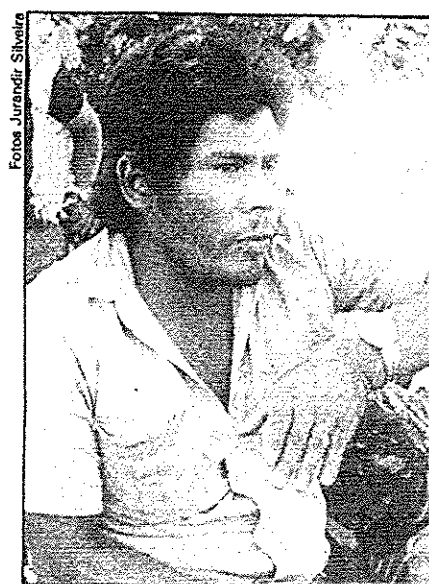
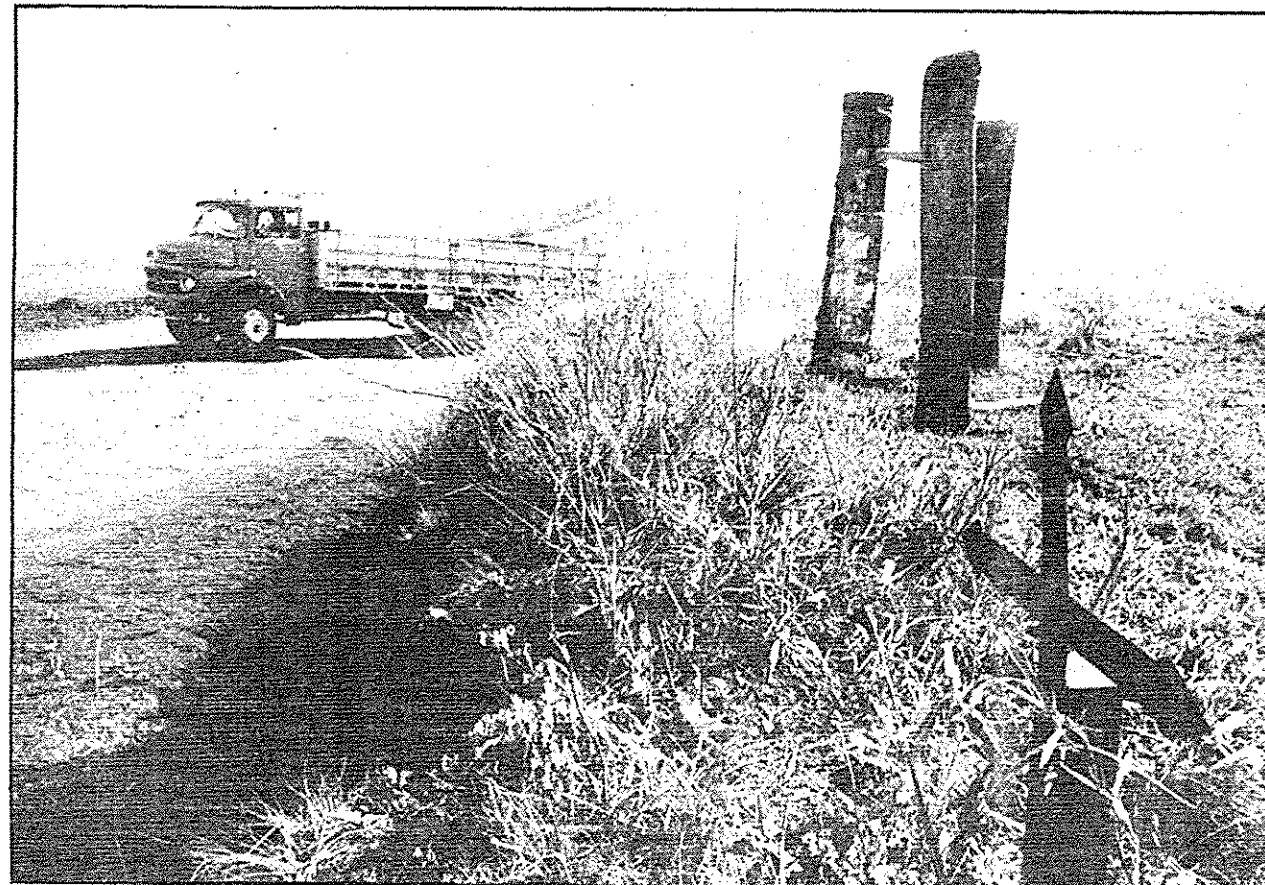


DIA DO ÍNDIO



A cruz na beira da estrada (à esquerda) marca o local em que o cacique Camilo morreu assassinado. É também o marco inicial de forte tensão na reserva, que tende a crescer com a nova disputa pela terra, liderada pelo cacique Zé Lopes (acima)

Os caingangues entram em outra guerra

Por CARLOS WAGNER
Enviado Especial/ZH

A tribo caingangue de Nonoai comemora o Dia do Índio (19 de abril) protestando pelo assassinato do seu vice—cacique Darci Camilo, e começa a preparar-se para uma grande batalha: reaver na Justiça Federal 22 mil hectares das terras da reserva que foram ocupados pelos brancos nos últimos 27 anos. Camilo foi abatido com um tiro na cabeça em uma emboscada, por três homens, há um mês. Segundo o delegado de São Valentim, José Carlos Gonçalves da Motta, "foi morte por encomenda". Ele mandará exumar o corpo nesta semana, porque houve falhas no inquérito policial. Este crime pode ter acendido o estopim de uma revolta entre as 15 mil famílias de caingangues que vivem na miséria espalhadas pelas outras seis reduções existentes no território gaúcho.

Há muita tensão entre as lideranças das 6 mil famílias caingangues de Nonoai. No início da semana, o cacique José Orécio do Nascimento—conhecido na tribo como Zé Lopes—reuniu-se com o seu estado maior—a tribo é organizada segundo o modelo militar—e determinou normas de segurança para evitar que se repita o que aconteceu com Camilo. Ele determinou que todos devam recolher-se às suas casas no máximo até às 22h, ninguém deverá andar sozinho nas regiões mais isoladas da reserva, ou nas terras dos brancos. Também resolveu pedir mais agilidade à polícia no esclarecimento do crime.

A pressão que os caingangues estão fazendo para o esclarecimento do crime coloca o delegado em uma situação delicada, como ele mesmo admitiu. Acontece que ele atende a seis municípios da região, e lida com falta de recursos humanos e materiais. A elaboração do inquérito é um retrato desta situação. Contou que quando mataram o vice—cacique, ele estava acompanhado de um filho de três anos, que ficou por mais de uma hora brincando em cima do cadáver do pai, apagando pistas importantes para a investigação.

Projétil

Depois de descoberto o cadáver de Camilo não havia veículo disponível para transportá-lo para Erechim—a 100 quilômetros de Nonoai—onde seria feita a autópsia, uma peça fundamental em qualquer inquérito policial. A situação foi resolvida pelos funcionários do Posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) da reserva da melhor forma possível, segundo o delegado. Eles conseguiram dois médicos na

cidade que deram o atestado de óbito, sem retirar a bala da cabeça do vice—cacique. Eles alegaram que não eram médicos legistas para fazer isto, segundo contou Motta, que deverá mandar exumar o corpo nesta semana para retirar o projétil. Ele comentou que precisa desta bala para determinar o calibre do revólver que a disparou, uma informação valiosa para chegar ao autor.

O autor e o mandante do crime já têm seus nomes conhecidos pelo delegado, que "para não prejudicar as investigações os mantém em sigilo". Ele apenas adiantou que um dos três homens que mataram Camilo "é um tal de Deoclécio, que tem fama de pistoleiro". Segundo o delegado, havia uma rixa antiga entre os dois. Esta rixa é um dos motivos do crime. O outro motivo é a questão da terra. Pelo menos é esta a tese de Ademir Migliavacca, administrador regional da Funai. Logo depois do assassinato de Camilo, o cacique Zé Lopes e o seu estado maior avistaram-se com o procurador-geral da República, Almir Sarti, em Porto Alegre. Neste encontro, eles entregaram a Sarti um mapa que prova que a área indígena em 1911 tinha 34 mil hectares, hoje reduzidos a pouco mais de 12 mil.

Vizinhos

Camilo, pouco antes de ser morto, estava auxiliando um agrimensor da Funai a demarcar a reserva de Nonoai, por exigência da Constituição. Segundo uma das lideranças da tribo, só em uma semana de serviço ficou comprovado que mais de uma dezena de proprietários vizinhos estavam plantando dentro das terras caingangues. O assassinato do vice—cacique cancelou a medição, por falta de segurança. Atualmente, vivem dentro destes 22 mil hectares que eram dos índios dezenas de pequenos proprietários e grandes granjeiros, o Galpão do CTG, o asfalto Chapeçó—Sarandí e o Parque Florestal. Pedro Miguel Poglia, secretário do Sindicato Rural de Nonoai, disse ontem que se os índios tentarem retomar estes 22 mil hectares haverá confusão. Na sua opinião, eles já têm terra suficiente para viver.

Poglia reflete a opinião da grande maioria dos proprietários envolvidos neste problema, com a qual não concordam os caingangues, principalmente os jovens da tribo, que estão revoltados com a situação. O cacique disse que não tira os motivos da revolta deles porque a tribo enfrenta sérios problemas, como a falta de medicamentos. Eles devem para todas as farmácias da região, que já cancelaram o crédito.

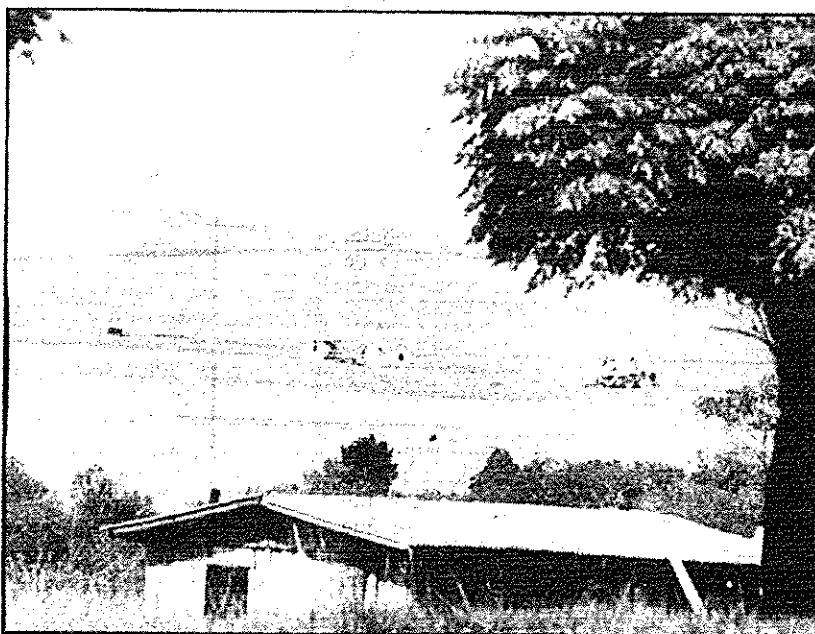
Mais ainda: há falta de moradias na reserva, pelo menos 40 famílias estão amontoadas em um barracão. Os recursos econômicos para a feitura das roças dos índios também são escassos, limitando o uso de tecnologia nas plantas. Enquanto o camponês Carlos Guilherme Metzdorf colhe 40 sacas de soja por hectare na sua propriedade lindreira à reserva, o capitão Jorge Garcia e os seus índios colhem no máximo oito bolsas. Esta diferença na produtividade estende-se para outras lavouras e criação.

Aniversário

Se hoje houvesse uma repartição da reserva indígena de Nonoai entre os caingangues, não ficaria mais de dois hectares por família, calculou uma das lideranças. O quadro atual indica um futuro muito sombrio para esta tribo, concorda o cacique. Este futuro poderá ser diferente se eles reaverem estes 22 mil hectares, que valem uma fortuna, em torno de R\$ 110 milhões. O índio Patrício Silveira, 65 anos, recordou que nesta área reivindicada existem, inclusive, dois cemitérios indígenas que comprovam a posse. Há dezenas de índios velhos que estão refrescando a memória das novas gerações com estas histórias e a tradição de luta pela terra na tribo.

O último enfrentamento pela terra entre os caingangues de Nonoai e os brancos aconteceu na madrugada do dia 4 de maio de 1978, quando o céu foi iluminado pelo fogo que os comandados do então cacique Nelson Xangrê colocaram nas sete escolas onde estudavam os filhos das 350 famílias de camponeses que viviam ilegalmente na área. Estas famílias faziam parte de um contingente bem maior de agricultores que ainda vivem na área indígena. Xangrê hoje transformou-se em um andarilho. A grande maioria das atuais lideranças caingangues teve uma participação importante na eleição de Xangrê para cacique em janeiro de 78.

Passados 11 anos deste enfrentamento, ainda há lembranças amargas de lado a lado do episódio, que influenciam no relacionamento diário. Uma boa parte dos produtores da região não perdou os índios pela retirada dos colonos na área, porque isto significou uma perda de 50% na produção de grãos de Nonoai. Da parte dos indígenas, há a mágoa com o governo federal, que não mediu as terras caingangues, como era reivindicado na ocasião. Agora tudo indica que a morte de Camilo trouxe à tona estes descontentamentos. O cacique Zé Lopes lembrou ontem que será feita uma pequena comemoração no dia 4 de maio para lembrar a saída dos brancos da reserva em 78.



Como acontece nas outras reservas, os índios de Nonoai (acima) vivem em miséria absoluta. Por isso, querem recuperar a área hoje ocupada pelos colonos brancos (ao lado)

Um conflito comum em todas as reservas

O assassinato de Camilo funcionou como um verdadeiro estopim na questão das demarcações das áreas indígenas no Estado. A situação da reserva de Nonoai é a mais grave. Mas não é a única. Há praticamente problemas de demarcação em todos as outras seis reservas—ocupam uma área de 58 mil hectares—do território gaúcho, comentou Rodrigo Venzon, da direção da Associação Nacional de Apolo ao Índio (Anai). Lembrou que, inclusive, há uma em implantação que ainda não saiu do papel. Trata-se da reserva indígena de Iraí, que será um área de 200 hectares nos arredores da cidade. Só falta o presidente da República assinar a criação da reserva para ela ser implantada, segundo Francisco Eugênio dos Santos, delegado da Funai. A implantação desta redução indígena está enfrentando uma série de oposição dos políticos daquele canto do território gaúcho, porque ela ocupará uma

parte nobre do município de Iraí.

Uma outra situação potencialmente perigosa nas áreas indígenas: os arrendamentos clandestinos de terras para os brancos e a venda ilegal de madeira nas reduções de São João do Irapuá, Miraguá, Guarita, e Tenente Portela. Nestes dois últimos locais, foram arrendados mais de 10 mil hectares para os colonos e granjeiros da região. E na última semana aconteceu um desentendimento sério entre os funcionários da Funai e as lideranças indígenas, por causa da venda de um caminhão velho. O problema já foi contornado. Mas serviu para mostrar a tensão permanente que impera por lá, onde qualquer problema assume proporções imensas. O advogado Jílio Galger, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), disse que a situação na Guarita e no Irapuá só será resolvida quando acabarem os arrendamentos.



Um dos 35 remanescentes da Nação Guarani: sem saber o que fazer com a terra doada pela prefeitura de Viamão

Eles já foram reis. Hoje, nem plantam mais

Por MÔNICA GUGLIANO
Editoria Local/ZH

A cerca de 30 quilômetros do Centro de Porto Alegre, uns 35 índios, remanescentes da Nação Guarani que dominou com soberania quase todo o litoral brasileiro, são o retrato da miséria e da marginalização. Apáticos, desdentados, alguns subnutridos e outros doentes, eles sobrevivem em meia dúzia de casas de barro, construídas numa fértil propriedade de cerca de 80 hectares doada há dois anos pela prefeitura de Viamão, no interior do município, na estrada do Cantagalo.

A natureza exuberante da região contrasta com o quadro de total desolação em que eles vivem em completo isolamento. Para chegar até ali, é preciso descer um longo trecho de um caminho, em precaríssimas condições e intransitável em dias de chuva. No pé do morro, se consegue ver as casas e também ser avistado pelos habitantes, que fazem questão de evitar qualquer contato com intrusos.

Quando se chega no local apenas curiosas crianças se apresentam. Além delas, somente uma índia, com nenhum conhe-

cimento do que acontece à sua volta, e um outro habitante, que se limita a dizer que veio de Misiones, província no norte da Argentina, e não está autorizado a fornecer nenhuma informação na ausência do cacique, que viajou para rever amigos.

Ossos fervidos

Do terreno doado pela prefeitura, os índios ocupam uma parte mínima. Não plantam nada e quando o fazem, o trabalho carece de qualquer tecnologia simples, como limpar a terra. Quem caminha em meio ao mato, volta e meia tropeça com um pé de feijão ou de milho que cresceu sem nenhum cuidado.

O trabalho é mínimo. Mulheres, homens e crianças passam os dias sem fazer nada à exceção de eventuais cestos de palha, vendidos depois no centro da cidade. Os problemas econômicos, entretanto, afligem os índios, que atualmente se recusam a tirar fotos, sob a alegação de que "não nos pagam nada. Já nos prometeram que dariam dinheiro e nada".

Além disso, sem dinheiro, os índios não têm absolutamente nada para comer. No

chão, restos de ossos se misturam a roupas deterioradas e utensílios de cozinha, tudo no maior descaço. A vaca, que ganharam no ano passado do então prefeito Tapir Rocha (PDT) para garantir o abastecimento de leite, já desapareceu: foi para as panelas. Das galinhas, oferecidas também de forma caridosa pela prefeitura, sobra pouco, mas ainda é possível ver algum pinto circulando e restos de ossos sendo fervidos nos caldeirões.

"Ficou comprovado que eles não querem fazer nada", diz o atual secretário de Desenvolvimento Econômico de Viamão, Juarez de Souza. Mas ele assegura que o investimento feito pela administração anterior teve sentido. "Nós continuamos o trabalho da administração anterior e não podíamos imaginar que a situação desse pessoal ficasse dessa maneira", lamenta.

De acordo com ele, foram doados aos índios animais de diversas espécies e sementes de todo tipo. "Não produziram nada. Comeram o que tinham e agora foram embora porque senão vão morrer de fome", reclama, acrescentando que a atual administração municipal, embora seja do mesmo partido que a anterior, pretende rever a situação dos índios.

Em busca da proposta pedagógica ideal

Por BIA LOPES
Editoria Local/ZH

A proposta pedagógica de educação indígena, elaborada pela Comissão de Educação Indígena da Secretaria de Educação (SEC), coordenada por Severino De Toni, foi apresentada com sucesso à Secretaria do Ensino Básico do Ministério de Educação (MEC), em Brasília. Criada em abril de 1988, como parte do projeto de pluralismo de idiomas, a comissão tem como objetivo definir uma proposta pedagógica de educação indígena. Como seu trabalho se desenvolveu e foi tendo maior adesão, acabou por se desvincular do projeto de idiomas, passando a ter autonomia.

Segundo o professor Severino De Toni, atualmente existem 24 escolas indígenas no Estado, implantadas nas reservas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Nelas estudam 1.428 alunos que passam por um processo de alfabetização simultâneo em português, o que para a comissão significa uma mutilação violentadora da cultura do índio. Trabalham nestas escolas 17 monitores e 46 professores não índios.

A comissão, integrada por várias entidades e instituições ligadas à questão do índio, além de representantes da SEC, prega a necessidade de regularização destas escolas, pela SEC, um processo já iniciado, além da construção de novos estabelecimentos. E defende o aproveitamento de todos os monitores, conforme a demanda, bem como a interrupção imediata da alfabetização e ensino de primeiro grau em português.

Em sua proposta pedagógica, apresentada em Brasília pelas professoras Ruth Fagundes e Teresinha Batista dos Santos, os integrantes da comissão denunciam a existência na escola comum de um conhecimento distorcido da realidade indígena, tanto histórica, como atual, além de uma informação distorcida ou omissa sobre esta realidade nas escolas de primeiro e

segundo graus do sistema educacional brasileiro e de discriminação do índio como minoria. Como solução para estes problemas, sugerem que seja refeita a verdade histórica, superada a proposta etnocêntrica que caracteriza a relação do "branco" com o índio e integrada a questão do indígena no Sistema Educacional Brasileiro.

Diretrizes pedagógicas

A comissão propõe para as escolas indígenas a elaboração de um projeto pedagógico a cargo dos próprios indígenas, com a colaboração da universidade brasileira e de métodos que sigam a diretriz da União das Nações Indígenas (UNI). Para a escola comum a proposta pedagógica deveria ser elaborada pela universidade brasileira, nos termos da nova Constituição Federal. Ao mesmo tempo, sugere o resgate da cultura e direito à formação básica indígena e o restabelecimento da verdade histórica e atual sobre a realidade indígena em todo o sistema educacional brasileiro.

Também defende a formação de recursos humanos a cargo da universidade para abordar nas escolas indígenas e nas comuns, com o devido embasamento científico. Além disso, quer a criação de um acervo antropológico e bibliográfico. Atualmente, está sendo elaborado um convênio com a Funai, que permitirá segundo Severino De Toni a criação de um núcleo de educação indígena na SEC, integrado por representantes da comissão e das duas entidades. "Uma série de atividades serão desenvolvidas, através de uma cooperação técnico-científica, administrativa, cultural e artística", disse De Toni. Uma destas atividades será a preservação do patrimônio histórico e cultural indígena, um trabalho que começa a ser desenvolvido por Moacir Venh-Käg Ferreira Doble, descendente do cacique Doble, e que tem recolhido material para este resgate cultural.